

Economia brasileira: tragédia e milagre

Antônio Carlos
Lemgruber*



Nos últimos quinze anos, a economia brasileira mostrou um desempenho trágico: a taxa média anual de crescimento do PIB em termos reais foi de apenas 2% — um percentual absolutamente dramático do ponto de vista do nível de emprego. Na verdade, economistas que trabalham com o conceito de “produto interno bruto potencial” ou “PIB normal” calculam que o Produto Interno Bruto do Brasil já poderia ter atingido cerca de US\$ 850 bilhões (ou até mais, dependendo de hipóteses a respeito do crescimento potencial da economia), ante o valor efetivamente verificado em 1995 de US\$ 600 bilhões ou mais em relação ao potencial de pleno emprego da economia. Pode-se dizer que essa é no momento a grande tragédia brasileira, principalmente quando se procura fazer comparações com períodos anteriores da nossa história econômica.

Com efeito, uma das principais características da economia brasileira no século XX vinha sendo o seu dinamismo — pelo menos nas primeiras oito décadas, ou seja, entre 1900 e 1980. Estima-se um crescimento anual médio ao longo destes oitenta anos na faixa de 6%. É mesmo possível que o Brasil tenha sido no século XX o País com a mais elevada taxa de crescimento econômico, segundo vários estudiosos. Os economistas até hoje debatem por que as taxas de crescimento diferem entre países. O fato é que nós certamente temos a felicidade de viver num país que tem essa excelente história de expansão econômica, bastando lembrar para contrastar casos de estagnação no século XX como o da Inglaterra e mesmo vizinhos na América Latina como a Argentina.

Mas todo esse processo de crescimento começou a desandar na altura de 1980. Pior ainda: essa tragédia veio a ocorrer imediatamente após um período de quinze anos, que vai de 1965 a 1980, no qual aconteceu precisamente o oposto, ou seja, um extraordinário crescimento da economia — o chamado “milagre brasileiro”. De fato, a taxa média anual de crescimento do PIB real no período 1965-80 foi da ordem de 8,5%, atuando obviamente no sentido oposto ao período mais recente em matéria de redução da taxa de desemprego e expansão do nível de emprego. Para se ter uma idéia comparativa dos períodos: o PIB real cresceu 238% entre 1965 e 1980 como um todo ante apenas 34% entre 1980 e 1995 — um milagre seguido de uma tragédia.

O economista norte-americano Arthur Okun descobriu na década de

60 uma relação bastante precisa entre a taxa de crescimento e variações na taxa de desemprego — o que passou a ser conhecido como Lei de Okun. Simplificadamente, temos que a taxa de desemprego aumentada (ou diminuída) em razão da “distância” entre o crescimento real verificado e o crescimento potencial. No caso brasileiro, essa taxa potencial de crescimento pode ser estimada na faixa de 5,5 ou 6% ao ano. Pode-se dizer que, para cada 3% de diferencial de crescimento (por exemplo, 8,5% ante 5,5% numa direção positiva ou 2,5% ante 5,5% numa direção negativa), a taxa de desemprego varia de 1%. Note-se ainda que, segundo a Lei de Okun, um crescimento na faixa de 5,5 a 6% apenas mantém o nível de desemprego — sem diminuir ou aumentar a taxa.

Tendo em vista a nossa estimativa (conservadora) de que atualmente o PIB real se encontra cerca de 30% abaixo do PIB potencial — em contraste com o final da década de 70, quando certamente se atingiu o que se pode chamar a taxa normal ou natural de desemprego na economia —, pode-se afirmar que a taxa de desemprego aumentou praticamente 10%, ou seja, de 4 a 5%, por exemplo, para 14 a 15%. Essa situação trágica, para ser revertida, requer taxas anuais de crescimento na faixa de 8 a 9% nos próximos anos, de tal modo que se possa voltar a reduzir rapidamente a taxa de desemprego — como ocorreu no chamado período do milagre econômico brasileiro.

Não há nenhuma razão objetiva que justifique que tenha havido uma modificação permanente — no sentido negativo — neste famoso “dinamismo” da economia brasileira. Em outras palavras, não há concretamente razões para se achar que as taxas de 6% (ou mais) de crescimento das fases anteriores tenham desaparecido e que o País tenha entrado numa fase de estagnação mais definitiva.

Pelo contrário: uma análise cuidadosa dos ciclos verificados na economia brasileira no século XX mostra que, na altura de 1965/66, o nível de desemprego e o chamado “desvio” ou “hiato” do produto real eram também bastante elevados (embora inferiores aos níveis de hoje) e que o País foi capaz de produzir a partir de então taxas extremamente aceleradas de crescimento econômico, obtendo-se afinal o crescimento médio referido de 8,5% em quinze anos, de 1965 a 1980. Não se deve, portanto, descartar a hipótese — otimista, é verdade — de que o Brasil possa crescer bem acima de 4 ou 5% nos próximos anos, a partir de 1996.

Já dissemos acima que os economistas estão atualmente debruçados

no exame desta questão fundamental: por que as taxas de crescimento de longo prazo diferem entre países? Felizmente, o caso brasileiro é favorável nas comparações internacionais — a despeito da década de 80 e do início da década de 90. Na verdade, o que se deve analisar, por um lado, são os fatores de curto e médio prazo que propiciaram o milagre econômico a partir de 1965 e, por outro lado, o que aconteceu de errado a partir de 1980 e ao longo dos últimos quinze anos. É verdade que, nos últimos três anos (1993 a 1995), o País conseguiu crescer entre 4 e 5% ao ano mas, como já vimos, essa taxa de crescimento não é sequer suficiente para manter o nível de emprego e desemprego na economia.

O que está faltando para o Brasil retomar a partir de 1996 o dinamismo do período 1967-74, por exemplo (sete anos de crescimento extraordinário)?

A queda brutal da inflação já verificada é, sem dúvida alguma, uma condição necessária para essa retomada de crescimento. Nunca é demais lembrar que o período mais dinâmico do chamado “milagre”, ou seja, 1967 a 1974, teve taxas muito baixas de inflação. Não há, por con-

seguinte, incompatibilidade entre inflação baixa e crescimento rápido. Ao contrário: as recessões de 1981, 1988, 1990 e 1992 (anos de crescimento negativo) foram acompanhadas de taxas muito elevadas de inflação.

O desenvolvimento do País começou a desandar na altura de 1980 — depois de 15 anos de intenso crescimento do “milagre brasileiro”

Tivemos também nos três últimos anos (1993 a 1995) uma espetacular abertura da economia em termos de comércio exterior, com o coeficiente de importações em relação ao PIB dobrando de 4% para 8% aproximadamente, graças a um salto de US\$ 20 bilhões para US\$ 50 bilhões nas nossas compras no exterior. Esse fenômeno é também semelhante ao que se verificou no Brasil no período 1965-1975, embora o aumento daquele coeficiente tivesse sido então mais gradual e, portanto, compatível com taxas bem mais aceleradas de crescimento do PIB e bem menos aceleradas de expansão nas importações. Isso evidencia, a propósito, que o nível atual da taxa

de câmbio pode estar de fato supervalorizado e pode vir a dificultar a obtenção de um patamar mais elevado e menos medíocre para o crescimento do PIB. Afinal, não se pode considerar satisfatório um desempenho macroeconômico como o de 1993-95, com o PIB crescendo em média menos de 5% ao ano e com as importações aumentando a taxas acima de 30% ao ano.

Estamos sentindo falta realmente daquilo que seria equivalente às reformas do governo Castello Branco (1964-67). Da mesma forma que as reformas de 1964-67 prepararam o terreno para a expansão econômica da década de 70 no Brasil, estamos convencidos de que as privatizações e as reformas constitucionais representam uma condição fundamental para que o setor privado lidere uma nova fase de crescimento elevado na economia brasileira. Sem as reformas e a liberalização da economia, será difícil sairmos deste ciclo atual de crescimento modesto e elevado desemprego. Mais ainda: os investimentos estrangeiros de longo prazo simplesmente não irão acontecer e, consequentemente, a chamada “poupança externa” (que corresponde ao dé-

ficit em conta corrente do balanço de pagamentos) será mais um problema do que uma solução.

A produção “perdida” nos últimos quinze anos — que pode ser medida pelo trágico somatório dos enormes “hiatos” ou “desvios” do PIB real em relação ao PIB potencial — foi da ordem de US\$ 1 trilhão ou bem mais. É preciso agora evitar o prosseguimento da tragédia e aproximar rapidamente o PIB real do seu potencial, com taxas anuais de crescimento na faixa de 8 a 9%. Podemos chegar ao ano 2000 com um PIB na faixa de US\$ 1 trilhão, se crescermos acima de 9% ao ano até lá. Não é impossível, mas, se ficarmos de braços cruzados, não iremos chegar até aquele nível de produção e emprego — a despeito de todos os recordes passados do Brasil em matéria de taxas de crescimento. Taxas medíocres de crescimento — na faixa de 4 a 5% por ano — não resolvem mais nada, porque a situação de desemprego é terrivelmente grave e temos alguns milhões de jovens entrando anualmente no mercado de trabalho.

* Ex-presidente do Banco Central e diretor do Banco Liberal S.A.